

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

**Demonstrações Financeiras
referentes ao período de 21 de
novembro de 2018 (data de
constituição da Companhia),
a em 31 de dezembro de 2018 e
Relatório dos Auditores
Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado do exercício	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa – Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Porto Alegre, 12 de abril de 2019.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 21 de novembro (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2018, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 21 de novembro (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2018 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de abril de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

Balanço patrimonial
em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>2018</u>		Nota	<u>2018</u>
Ativo			Passivo		
Circulante			Circulante		
Caixas e equivalentes de caixa	6	301.653	Fornecedores	10	8.593
Aplicações financeiras - conta reserva		8.255	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	7a	194
Tributos a recuperar		59	Impostos e contribuições a recolher		26
Despesas antecipadas		<u>651</u>	Dividendos a pagar		<u>82</u>
Total do ativo circulante		<u>310.618</u>	Total do passivo circulante		<u>8.895</u>
Não circulante			Patrimônio líquido		
Realizável a longo prazo			Capital social		311.627
Impostos diferidos	7b	<u>17</u>	Reservas de lucros		<u>264</u>
		<u>17</u>			<u>311.891</u>
Imobilizado	8	1.905			
Intangível	9	<u>8.246</u>			
Total do ativo não circulante		<u>10.168</u>			
Total do ativo		<u><u>320.786</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>320.786</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

Demonstração do resultado do exercício

Período entre 21 de novembro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	<u>2018</u>
Custos dos serviços prestados		
Outros		<u>(53)</u>
Prejuízo bruto		(53)
Resultado financeiro	12	576
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>523</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	7b	<u>(177)</u>
Lucro líquido do período		346
Lucro líquido por ação - básico e diluído (em reais - R\$)		<u><u>0,47447</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Período entre 21 de novembro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>2018</u>
Lucro líquido do período	346
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do período	<u><u>346</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período entre 21 de novembro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>		<u>Reservas de lucros</u>			<u>Total</u>
	<u>Subscrito</u>	<u>A integralizar</u>	<u>Legal</u>	<u>Retenção de lucros</u>	<u>Lucros acumulados</u>	
Subscrição e integralização de capital em 21 de novembro de 2018	10	-	-	-	-	10
Subscrição e integralização de capital em 06 de dezembro de 2018	1.166.768	(855.151)	-	-	-	311.617
Lucro líquido do período	-	-	-	-	346	346
Destinações:						
Reserva legal	-	-	17	-	(17)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(82)	(82)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	246	(246)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>1.166.778</u>	<u>(855.151)</u>	<u>17</u>	<u>246</u>	<u>-</u>	<u>311.891</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa – Método indireto

Período entre 21 de novembro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido do período	346
Ajustes por:	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(17)
Variação nos ativos e passivos	
Aumento dos ativos	
Tributos a recuperar	(59)
Despesas antecipadas	(651)
Aumento dos passivos	
Impostos e contribuições a recolher	<u>220</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>(161)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
Aplicações financeiras na conta reserva	(8.255)
Aquisição de ativo imobilizado	<u>(1.558)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(9.813)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Integralização de capital	<u>311.627</u>
Caixa líquido proveniente nas atividades de financiamento	<u>311.627</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u><u>301.653</u></u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa	
No início do período	-
No final do período	<u>301.653</u>
	<u><u>301.653</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PERÍODO DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018 A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima fechada domiciliada no Brasil, constituída em 21 de novembro de 2018, de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Avenida Carlos Gomes, nº 222, Bairro Boa Vista, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 13 de fevereiro de 2049, a exploração das Rodovia de Integração do Sul, composto pelas rodovias BR-101/290/386/448/RS, no trecho da BR-101/RS, entre a divisa SC/RS até o entroncamento com a BR-290 (Osório); da BR-290/RS, no entroncamento com a BR-101(A) (Osório) até o km 98,1; da BR-386, no entroncamento com a BR-285/377(B) (para Passo Fundo) até o entroncamento com a BR-470/116(A) (Canoas); e da BR-448, no entroncamento com a BR-116/RS-118 até o entroncamento com a BR-290/116 (Porto Alegre), sendo responsável pela administração de 473,4 km, compreendendo a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário, nos termos do contrato de concessão 01/2018 celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT em 11 de janeiro de 2019.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

a) *Instrumentos financeiros*

A Companhia adota o CPC 48 para instrumentos financeiros.

- Classificação

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

As duas principais categorias de classificação para ativos e passivos financeiros são: mensurados ao custo amortizado, e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

Os ativos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensurados ao VJR:

- São mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais dos ativos financeiros derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, são classificados como ao VJR.

Os passivos financeiros são classificados como ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros não classificados ao VJR, são mensurados pelo custo amortizado.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PERÍODO DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018 A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável como VJR, um ativo ou passivo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

- Mensuração e desreconhecimento

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento e mensurados pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, que tem como composição somente pagamento de principal e juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e, os juros são definidos como: (i) uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo; (ii) pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e; (iii) por outros riscos e custos básicos, como por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos, assim como uma margem de lucro, se houver.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A receita de juros e ganhos e perdas cambiais apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses ativos financeiros são reconhecidos no resultado.

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos, na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros mensurados ao custo ao amortizado são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

São mensurados inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PERÍODO DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018 A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. A diferença entre o valor justo entre o novo passivo financeiro e a baixa do anterior, modificado, é reconhecida no resultado.

A despesa de juros e ganhos e perdas cambiais apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses passivos financeiros são reconhecidos no resultado.

Ativos e passivos financeiros mensurados pelo VJR

Ativos ou passivos financeiros são classificados pelo VJR caso tenham sido classificados como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transação, bem como a mensuração posterior do valor justo, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Capital social - Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

c) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PERÍODO DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018 A 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que ele se refere, caso contrário, é reconhecido no resultado como despesa.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado como outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

d) Ativos intangíveis

A Companhia possui o seguinte ativo intangível:

- Direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item “k”.

e) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passaria a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas de ativos financeiros sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

- Ativos não financeiros

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PERÍODO DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018 A 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f) *Receitas e despesas financeiras*

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício.

As despesas financeiras compreendem basicamente os gastos de despesas bancárias e IOF.

i) *Imposto de renda e contribuição social*

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substantivamente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PERÍODO DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018 A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionado a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração.

j) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

k) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PERÍODO DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018 A 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

l) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

- i. Companhia é obrigada a adotar o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, a partir de 1º de janeiro de 2019. Não houve adoção antecipada desta norma.

A Companhia e a Administração não prevêem impactos nas Demonstrações Financeiras de 2019

- ii. A Companhia está avaliando eventuais impactos das seguintes normas alteradas e interpretação emitida ainda não vigentes:

- ICPC 22 Incerteza sobre tratamentos de tributos sobre o lucro.
- Características de pré-pagamento com remuneração negativa.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas CPC.
- CPC 11 contratos de seguros.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 12 de abril de 2019, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PERÍODO DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018 A 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 2 Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC 01 (R1)
- 7b Impostos diferidos
- 9 Amortização dos ativos intangíveis
- 13 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Investimentos em títulos financeiros

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PERÍODO DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018 A 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação; e
- c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeita a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6.

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PERÍODO DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018 A 31 DE DEZEMBRO DE 2018
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Menos de 1 ano
Fornecedores	8.593
Dividendos a pagar	82

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2018
Caixa e bancos	18
Aplicações financeiras	
Fundos de investimentos e CDB	301.635
	301.653

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,84% do CDI, equivalente a 6,39% ao ano.

7. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	523
Alíquota nominal	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(178)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes	
Outros ajustes tributários	1
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(177)
Impostos correntes	(194)
Impostos diferidos	17
	(177)
Alíquota efetiva do imposto	33,84%

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PERÍODO DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018 A 31 DE DEZEMBRO DE 2018
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e da contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	<u>21/11/2018</u>	<u>2018</u>	
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>Ativo fiscal diferido</u>
Outros	-	17	17

8. Imobilizado

Movimentação do custo

	<u>21/11/2018</u>	<u>2018</u>	
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo final</u>
Imobilizado em andamento	-	1.905	1.905
	-	1.905	1.905

9. Intangível

Movimentação do custo

	<u>21/11/2018</u>	<u>2018</u>	
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo final</u>
Intangível em andamento	-	8.246	8.246
	-	8.246	8.246

10. Fornecedores

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores	8.593	-

Principal valor relativo a PMI - Proposta de Manifestação de Interesse.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PERÍODO DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018 A 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 21 de novembro de 2018, ocorreu a constituição da Companhia com capital social, no montante de R\$ 10 mediante a emissão de 10.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 cada, totalmente subscritas e integralizadas.

Em 06 de dezembro de 2018, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 1.166.768, mediante a emissão de 1.166.767.867 de novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, sendo R\$ 311.617 integralizadas em 28 de dezembro de 2018 e R\$ 855.151 a serem integralizadas até o dia 18 de fevereiro de 2020, passando o capital social da Companhia a ser de R\$ 1.166.778 com sua única acionista, a Companhia de Participações em Concessões (“CPC”).

b. Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2018, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Esta retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração (CAD), conforme Proposta da Administração, o qual será submetido à aprovação dos acionistas na AGO de 2019, previamente à deliberação sobre a destinação de resultados.

A proposta de orçamento de capital está justificada, substancialmente, pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos dos contratos de concessão.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2018, foram atendidos conforme o quadro abaixo:

Lucro líquido do exercício	346
(-) Constituição de reserva legal	<u>(17)</u>
Lucro líquido ajustado	<u>329</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	82
Dividendos a pagar	<u>(82)</u>
Total	<u>-</u>

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PERÍODO DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018 A 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e. Lucro básico

A Companhia não possui instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>2018</u>
Numerador	
Lucro líquido do exercício	346
Denominador	
Média ponderada de ações (em milhares)	<u>729</u>
Lucro por ação ordinária - (em reais - R\$)	0,47447

12. Resultado financeiro

	<u>2018</u>
Despesas financeiras	
Taxa e outras despesas financeiras	<u>(7)</u>
	<u>(7)</u>
Receitas financeiras	
Rendimento sobre aplicações financeiras	<u>583</u>
	<u>583</u>
Resultado financeiro líquido	<u>576</u>

13. Instrumentos Financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora final CCR S.A. possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pela acionista Controladora e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PERÍODO DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018 A 31 DE DEZEMBRO DE 2018
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	21/11/2018 a 31/12/2018		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos			
Caixas e bancos	18	-	-
Aplicações financeiras	301.635	-	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	8.255	-	-
Passivos			
Fornecedores	-	-	(8.593)
Dividendos a pagar	-	-	(82)
	<u>309.908</u>	<u>-</u>	<u>(8.675)</u>

O valor justo dos instrumentos financeiros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- **Caixas e bancos, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas - conta reserva**
 Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo. As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- **Fornecedores e dividendos a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados abaixo:

	<u>2018</u>
Nível 2	
Caixa e bancos	18
Aplicações financeiras	309.890

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PERÍODO DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018 A 31 DE DEZEMBRO DE 2018
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

14. Demonstração do fluxo de caixa

a. Reconciliação das atividades de financiamento

	Dividendos a pagar	Aplicações financeiras	Capital social	Total
Saldo Inicial	-	-	-	-
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Aplicações (conta reserva)	-	8.255	-	8.255
Integralização de capital	-	-	(311.627)	(311.627)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	-	8.255	(311.627)	(303.372)
Outras variações				
Outras variações que não afetam o caixa	(82)	-	-	-
Total das outras variações	(82)	-	-	-
Saldo Final	(82)	8.255	(311.627)	(303.372)

b. Efeitos não caixa

Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetam o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2018
Fornecedores	8.593
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	8.593
Imobilizado	(347)
Intangível	(8.246)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(8.593)

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PERÍODO DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018 A 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Eventos subsequentes

Em 15 de fevereiro de 2019, foi iniciada a operação comercial da Companhia.

Composição do Conselho de Administração

Eduardo de Toledo	Presidente
Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Paulo Yukio Fukuzaki	Conselheiro

Composição da Diretoria

Guilherme Motta Gomes	Diretor Presidente
Sami Farah Junior	Diretor

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3